

BRASIL METALÚRGICO

UNIR E RESISTIR | NENHUM DIREITO A MENOS

DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DE NOSSOS DIREITOS

Dia 10 de novembro o Brasil vai parar!

Dia 10 de novembro, vamos parar o Brasil. Nesta data, trabalhadores de várias categorias vão promover o **Dia Nacional de Luta em Defesa de Nossos Direitos**.

É a véspera da entrada em vigor da reforma trabalhista. Vamos fazer panfletagens, protestos, paralisações e greves em todo o País.

O objetivo dessa mobilização é deixar claro: não vamos aceitar a implementação da reforma trabalhista! Também não aceitamos a reforma da Previdência e os outros ataques do governo Temer.

Não podemos permitir que governo e patrões rasguem direitos históricos, conquistados à custa de muita luta. Por isso, é fundamental a participação de todos!



Rodrigo Correia

Plenária Nacional dos Trabalhadores da Indústria reuniu 1.500 pessoas no CMTC Clube, na capital paulista

Unidade e mobilização

O Dia Nacional de Luta foi aprovado na Plenária Nacional dos Trabalhadores da Indústria, realizada no dia 29 de setembro, em São Paulo (leia carta aprovada no encontro na **pág. 3**).

Depois da força demonstrada nas mobilizações do dia 14 de setembro, o desafio agora é realizar algo ainda maior.



Paulo Segura

Dirigentes sindicais de várias centrais unificam lutas



Paulo Segura

Passeata tomou ruas de São Paulo após a Plenária

AÇÃO UNIFICADA DE SINDICATOS, FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA



MOBILIZAÇÕES POR TODO O PAÍS MARCARAM O DIA 14 DE SETEMBRO

Em dia de luta, trabalhadores dizem NÃO a ataques aos direitos

ATO UNIFICADO EM SP



SÃO PAULO (SP)



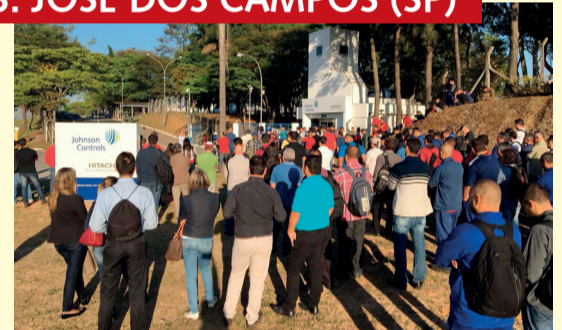
SANTO ANDRÉ (SP)



GUARULHOS (SP)



S. JOSÉ DOS CAMPOS (SP)



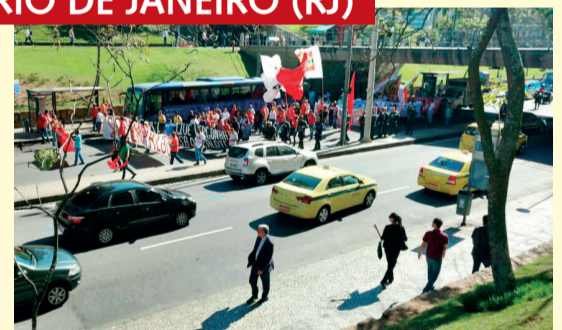
OSASCO (SP)



SUZANO (SP)



RIO DE JANEIRO (RJ)



CONTAGEM (MG)



ITAJUBÁ (MG)



CURITIBA (PR)



GRAVATAÍ (RS)



CATALÃO (GO)



CARMÓPOLIS (SE)



CARTA DA PLENÁRIA NACIONAL DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA

Um chamado à luta dirigido à classe trabalhadora brasileira

São Paulo, 29 de setembro de 2017

Os dirigentes sindicais e os trabalhadores do setor da Indústria, reunidos em Plenária Nacional convocada pelo movimento Brasil Metalúrgico e realizada no dia 29 de setembro de 2017, em São Paulo, aprovaram o seguinte texto: "Um chamado à luta dirigido à classe trabalhadora brasileira".

O Brasil vive momentos dramáticos. Os trabalhadores e todo o povo brasileiro estão pagando um preço muito alto pelos desmandos de um governo e um Congresso envolvidos profundamente em inúmeros e escandalosos casos de desmandos e corrupção, inéditos em nossa História.

Frente à gravíssima crise econômica e política que castiga o País, as autoridades de Brasília simplesmente dão as costas para o povo, preocupando-se, somente, em levar a cabo um projeto de poder excludente e violento, que retira da população as condições mínimas de uma vida decente.

Para concretizar este objetivo odioso, o governo, atendendo interesses do capital financeiro nacional e estrangeiro e do grande empresário que não tem compromissos com o País, coloca o Brasil à venda, através de uma política de privatização de empresas públicas e alienação de setores estratégicos da economia.

Com decisões equivocadas e alheias aos interesses da nação, a política econômica do governo aniquila e desnacionaliza a produção industrial, fazendo o País retroceder a um papel de mero exportador de produtos primários, condição que ostentávamos há séculos.

Além da evidente perda da soberania nacional, a crise econômica, pano de fundo de todo este processo, dizima milhões de empregos. Neste caminho de desconstrução do País e de desprezo total pelos interesses e direitos dos trabalhadores, o governo, apoiado por uma base parlamentar desonesta e entreguista, encaminha e aprova, a toque de caixa e sem nenhuma consulta à população, as reformas trabalhistas e da Previdência Social, que vão empobrecer milhões de brasileiros e jogar outro tanto para abaixo da linha da pobreza.

O povo não irá aceitar esta imposição. Os traba-

lhadores brasileiros, organizados em suas entidades classistas, vão resistir e lutar contra as reformas ultrajantes de um governo repudiado por 97% da população. O trabalhador não é responsável pela crise das finanças públicas, muito menos pela recessão da economia e, ao longo da história, já fez sacrifícios demais. Recusamo-nos a pagar mais esta conta.

Todos os direitos trabalhistas e previdenciários que hoje desfrutamos foram conquistados com luta, com muito sacrifício de nossos antepassados. Agora é a nossa vez de lutar para mantê-los e não condenar nossos filhos e netos a viverem em um mundo pior do que este em que vivemos hoje. Este é o desafio que está posto. Aprovaram uma lei para sacrificar o povo em benefício de empresários, banqueiros e políticos corruptos. Cabe então aos trabalhadores, com a sua luta, desfazer esta lei.

NOSSA LUTA:

- Contra a Reforma Trabalhista;
- Pelo fim da Terceirização;
- Contra a Reforma da Previdência Social;
- Contra as privatizações e em defesa do patrimônio público;
- Por emprego de qualidade para todos e todas;
- Contra a desindustrialização e desnacionalização da indústria;
- Em apoio à luta dos servidores públicos;
- Pela unidade e fortalecimento das campanhas salariais em todo o País.

10 DE NOVEMBRO

DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DE NOSSOS DIREITOS COM GREVES, PARALISAÇÕES E MANIFESTAÇÕES

SAIBA COMO AS REFORMAS PREJUDICAM OS TRABALHADORES

REFORMA TRABALHISTA



JORNADA PARCIAL

Permite 6h extras em contratos de jornada parcial de até 26h semanais. Atualmente, as horas extras não são permitidas para este tipo de contrato porque precariza o trabalho.



15 MINUTOS

Acaba com o descanso obrigatório de 15 minutos da trabalhadora antes de iniciar a hora-extra.



JORNADA 12X36

Permite a jornada de 12h diárias seguidas por 36h de descanso por meio de acordo individual.

DESLOCAMENTO

O trajeto do trabalhador da portaria até o pé da máquina deixa de ser considerado como jornada, o que elimina a tolerância de 10 minutos.



REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES

Prevê a possibilidade de representantes não sindicalizados em empresas com mais de 200 trabalhadores. Ao invés de representantes eleitos democraticamente, a proposta enfraquece a organização dos trabalhadores e abre espaço para que a empresa coloque alguém de seu interesse para negociar acordos.



GESTANTE E LACTANTE EM AMBIENTE INSALUBRE

Expõe gestantes e lactantes em locais insalubres, com autorização médica. Atualmente a legislação determina o afastamento de qualquer atividade nestes locais.



AUTÔNOMO

Os trabalhadores poderão ser substituídos por autônomos, sem vínculo empregatício, ou mesmo obrigados a abrirem uma empresa para serem 'contratados' como Pessoa Jurídica, a chamada 'pejotização', sem direitos.



ULTRATIVIDADE

Derruba a garantia de que o acordo coletivo de trabalho permaneça em vigor até que haja um novo acordo. Isso significa que, acabando o prazo determinado no acordo, as garantias dos trabalhadores estão suspensas.

TERCEIRIZAÇÃO



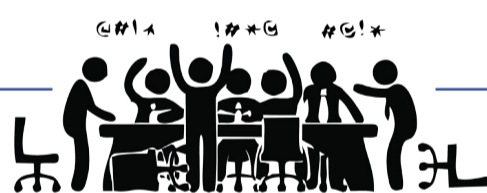
'PEJOTIZAÇÃO' E QUARTEIRIZAÇÃO

A lei sancionada permite a 'pejotização', que significa a prestação de serviço por empresa de uma só pessoa, e as subcontratações, inclusive com a terceirização.



PRECONCEITO

A maior ocorrência de denúncias de discriminação está em setores onde há mais terceirizados, como os de limpeza e vigilância, incentiva-se a percepção discriminatória de que são trabalhadores de "segunda classe".



NEGOCIAÇÃO MAIS DIFÍCIL

Terceirizados que trabalham em um mesmo local têm patrões diferentes e, isolados, terão mais dificuldades de negociar de forma conjunta ou de fazer ações.



MAUS PATRÕES IMPUNES

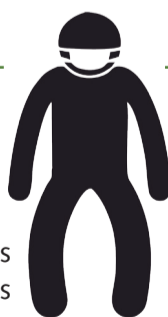
Ficará mais difícil responsabilizar empregadores que desrespeitam os direitos trabalhistas porque a relação entre a empresa principal e o trabalhador terceirizado fica mais distante e difícil de ser comprovada.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA



IDADE MÍNIMA E CONTRIBUIÇÃO

Institui idade mínima para aposentadoria de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres.



SAÚDE

A reforma condena trabalhadores a permanecer mais tempo em áreas insalubres ao implantar idade mínima de 55 anos para a aposentadoria e pelo menos 20 anos de contribuição.



MENOS DE 1%

Pesquisas apontam que, em média, trabalhadores na produção de empresas metalúrgicas, que possuem 65 anos ou mais representam menos de 1%.



IDOSOS EXCLUÍDOS

Atualmente quase 10 milhões de brasileiros acima de 55 anos ou não têm aposentadoria ou pensão ou têm empregos informais, sem cobertura previdenciária.

Estes são apenas alguns pontos das reformas Trabalhista, da Previdência e da Lei da Terceirização, que retiram direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, e pela Constituição Federal.

CONTRA AS REFORMAS - POR NENHUM DIREITO A MENOS!